



Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

A relação entre a Ajuda Pública para o Desenvolvimento voltada para o ensino e o Índice de Educação na Nigéria entre 2003 e 2022

Arthur da Costa Hartz (156226)

Setembro, 2023



Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

A relação entre a Ajuda Pública para o Desenvolvimento voltada para o ensino e o Índice de Educação na Nigéria entre 2003 e 2022

Arthur da Costa Hartz (156226)

ORIENTADOR:

Eduardo Manuel Machado de Moraes Sarmiento Ferreira

Setembro, 2023

Agradecimentos

Quero agradecer a todos envolvidos não só na elaboração deste trabalho, mas na minha jornada no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Aos professores, colegas, amigos e o meu orientador Eduardo Ferreira, pelo acompanhamento, instrução e disponibilidade para fazer este trabalho junto comigo. À minha mãe e família, por tornarem esta etapa possível e me inspirarem a levar todas as fases da minha vida com seriedade e dedicação. À minha parceira Giovana, por todos os dias de estudo e considerações neste trabalho. Quero agradecer também a todos que não estão aqui mencionados que contribuíram com este momento da minha vida.

Glossário

APD - Ajuda Pública para o Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

G8 - Grupo dos 8

GAD - Grupo de Assistência ao Desenvolvimento

GM - Guerra Mundial

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IE - Índice de Educação

IR - Índice de Renda

IS - Índice de Saúde

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis

OFO - Outros Fluxos Oficiais

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PMD - Países Menos Desenvolvidos

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RNB - Renda Nacional Bruta

UE - União Europeia

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

RESUMO

Este trabalho analisa a importância do foco na melhoria da educação na Nigéria, tendo-se focado a análise na relação entre fluxos de APD para educação e o IE na Nigéria, para além dos objetivos específicos de analisar se a APD tem um impacto diferente na Nigéria e na restante região, analisar se a história da Nigéria afeta a relação entre a APD e o IE e analisar a relação dos indicadores sociais do país com a APD e o IE. Para esta análise adotou-se um método de pesquisa mista. O trabalho permitiu concluir que o valor investido na Nigéria tem um impacto maior do que em outros países da região, o IE subiu em média 0,00001254 pontos a cada milhão de dólares investido, 0,00001183 pontos a mais do que no restante da região da África Subsaariana. Também se verificou que com um menor gasto público em educação, a Nigéria obteve resultados melhores de IE, além de que quanto maior a ajuda relativamente ao PIB do país, mais positivo será o impacto. Sobre a história e indicadores, vemos claramente como a história do país afetou a sua organização política, estabilidade e desenvolvimento do sistema educacional, e como isso afeta a qualidade da educação do país. Os indicadores sociais são um exemplo disso, refletindo-se no nível de desenvolvimento do país e nalgumas das dificuldades que enfrenta.

Palavras-chave: Ajuda Pública ao Desenvolvimento; Nigéria; Índice de Educação.

ABSTRACT

This work analyze the importance of focusing on improving education in Nigeria, focusing on the analysis of the relationship between ODA flows for education and EI in Nigeria, in addition to the specific objectives of analyzing whether ODA has a different impact on Nigeria and the rest of the region, analyze whether Nigeria's history affects the relationship between ODA and EI and analyze the relationship between the country's social indicators and ODA and EI. For this analysis, mixed research method was adopted. The work led to the conclusion that the amount invested in Nigeria has a greater impact than in other countries in the region, the EI rose on average 0.00001254 points for every million of dollars invested, 0.00001183 points more than in the rest of the African region Sub-Saharan. It was also found that with lower public spending on education, Nigeria obtained better EI results, in addition to the fact that the greater the aid in relation to the country's GDP, the more positive the impact will be. Regarding history and indicators, we clearly see how the country's history has affected its political organization, stability, and development of the educational system, and how this has affected the quality of education in the country. Social indicators are an example of this, reflecting on the country's level of development and some of the difficulties it faces.

Keywords: Official Development Aid; Nigeria; Education Index.

ÍNDICE

Glossário	3
RESUMO	4
ÍNDICE	5
Lista de Figuras	6
Lista de Tabelas	6
1. Introdução	7
2. Enquadramento Teórico	9
2.1. Índice de Educação	9
2.2. Ajuda Pública para o Desenvolvimento	15
3. Estudo de caso: Nigéria	20
3.1 Contexto social	20
3.1.1 História	20
3.1.2. Indicadores	29
3.2. Metodologia e estudo de caso	32
4. Conclusão	41
REFERÊNCIAS	44

Lista de Figuras:

<i>Figura 1.</i> IDH, índice de educação, saúde e renda da Nigéria. PNUD (2023).....	14
<i>Figura 2.</i> PIB e APD e dívida externa em mil milhões de dólares (1960 – 2021). Dados do Banco Mundial (2023).....	20
<i>Figura 3.</i> Densidade populacional, pessoas por km ² . Dados do Banco Mundial (2023).....	31
<i>Figura 4.</i> Coeficiente de Gini (1960 – 2022). Banco Mundial (2023).....	32
<i>Figura 5.</i> IE x APD para educação (Nigéria e África Subsaariana). PNUD, Banco Mundial e UNESCO (2023).....	34
<i>Figura 6.</i> IE x APD per capita (Nigéria e África Subsaariana). PNUD, Banco Mundial e UNESCO (2023).....	35
<i>Figura 7.</i> % de gastos públicos com educação x IE (Nigéria e África Subsaariana). PNUD, Banco Mundial (2023).....	36
<i>Figura 8.</i> APD % do PIB x IE (Nigéria e África Subsaariana). Banco Mundial e PNUD (2023).....	39

Lista de Tabelas:

Tabela I: <i>Evolução do IDH e do IE na Nigéria entre 2003 e 2021</i>	12
Tabela II: <i>Grupos de desenvolvimento em 2023</i>	14

1. Introdução

O desenvolvimento humano deve ser o principal objetivo de qualquer sociedade. Atingir um nível de qualidade de vida onde as pessoas têm os seus direitos fundamentais atendidos e mais qualidade de vida, deve ser o principal objetivo a ser atingido pelos políticos e tomadores de decisões. O desenvolvimento pode ser medido de diversas maneiras, uma delas é pelo IDH, que considera o IE para ser calculado, ou seja, segundo este modelo de análise, a educação é considerada fundamental para o desenvolvimento. Uma das formas de se promover o desenvolvimento é por meio de financiamento externo, uma das maneiras mais comuns é pela APD, podendo ter diversos focos, como a educação, por exemplo (Melonio et al., 2022).

Dos problemas sociais que o mundo enfrenta hoje, um deles é a população mundial crescente, que por vezes acaba intensificando outros problemas, como a má administração e distribuição de recursos, sejam naturais, financeiros ou humanos. Um dos países com a previsão de passar dificuldades pelo seu crescimento populacional, é a Nigéria. Prevê-se que será o país com maior densidade populacional até 2050. O que infelizmente não será benéfico para o país, dado o seu nível de pobreza (Alves, 2019).

Este trabalho analisa a evolução da APD e a sua possível importância na melhoria da educação na Nigéria. A escolha da Nigéria deve-se ao seu fator demográfico e ser um exemplo de país que, pela sua condição de baixo desenvolvimento, levanta questões sobre o adequado aproveitamento do seu comportamento populacional.

Além da importância do tema, vemos que existe uma lacuna na literatura, pois apesar de existirem diversos trabalhos sobre o impacto da APD na Nigéria (Mukaddas, 2019; Cosmas et al., 2022; Ukwueze et al., 2021; relatórios de monitoramento global da

UNESCO, entre outros), existem poucos sobre o impacto da APD na educação, e ainda menos com análises quantitativas relacionando a APD com a educação e o IE.

Este trabalho pretende assim saber qual a relação entre fluxos de APD para educação e o IE na Nigéria. Com isso há o objetivo principal de verificar se o fluxo de APD é benéfico para educação do país, além dos objetivos específicos de analisar se a APD tem um impacto diferente na Nigéria e no restante da região, examinar se a gestão de recursos afeta a eficiência da ajuda, bem como se a história da Nigéria afeta a relação entre a APD e o IE em termos de qualidade institucional e investigar a relação dos indicadores sociais do país com a APD e o IE.

Para a sua análise adotar-se-á uma metodologia mista, embora predominantemente qualitativa. Analisaremos os dados disponíveis sobre o volume de APD para educação direcionado ao longo dos anos fazendo uma relação com o IE, os dados do país, a sua história relacionada a formação da educação, artigos que tratam do tema e em conjunto com a análise de dados buscaremos responder à pergunta problema e atingir os objetivos. Utilizaremos fontes oficiais sobre APD, IDH, história e indicadores do país, como o Banco Mundial, PNUD, UNESCO, sites do governo, além de artigos e livros publicados.

O trabalho está dividido em 4 capítulos. O 1º é a introdução, seguida da revisão de literatura dividida em dois subcapítulos, o primeiro abordando o IE e segundo a APD para a educação. O 3º capítulo também está dividido em 2 subcapítulos, o primeiro sendo o contexto do país, apresentando a história numa parte e os indicadores sociais na parte seguinte, o segundo subcapítulo é a análise quantitativa e qualitativa sobre o impacto da APD para educação no IE da Nigéria, neste subcapítulo são feitas relações

entre os valores disponíveis para análise e em seguida a análise de artigos sobre o tema.

Por fim, temos a conclusão trazendo as considerações e reflexões finais do trabalho.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Índice de Educação

O Índice de Educação (IE), é um indicador do nível educacional de um país, calculado pelos anos de escolaridade que uma pessoa, a partir dos 25 anos, possui, e com os anos esperados de educação que ela deveria conseguir no seu respetivo país. O índice foi publicado pela primeira vez em 1990 no Relatório de Desenvolvimento Humano, criado por Mahbub ul Haq, em conjunto com outros pesquisadores como Amartya Sen, para fazer parte do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD, 2022; Mahbub Ul Haq, 1995).

O IDH foi criado para ser um parâmetro de desenvolvimento de fácil interpretação para a população e dar maior visibilidade sobre o tema do desenvolvimento, em contraponto com a medida de desenvolvimento anterior assente no Produto Interno Bruto (PIB) do país, que acabava por não englobar diversos aspetos da qualidade de vida das pessoas (PNUD, 2022).

Todavia, o IDH não é isento de críticas e, conseqüentemente, o Índice de Educação também não. Ambos os índices acabam por simplificar temas que são muito complexos. Embora discutível, o IDH, além de não cobrir áreas importantes para o desenvolvimento como desenvolvimento sustentável e liberdade política, também depende da recolha de muitos dados para ser calculado (como segue no anexo 1). Por vezes não é possível conseguir estes dados, principalmente pela dificuldade de muitos países em os partilhar (Carraro, 2022).

Outra crítica é a questão de que os três fatores, IE, IR e IS, são considerados com pesos iguais para o cálculo. Isso considera que os três fatores são igualmente importantes para o desenvolvimento. Autores como Carraro e Wang discordam, pois não condiz com a realidade de muitos países, já que um fator pode ser mais relevante para um Estado e menos para outro na questão de proporcionar melhores condições de vida e oportunidades de escolha. Há, todavia, o argumento de que dar diferentes pesos para os três fatores do cálculo poderia levar a uma politização dele e, dessa forma, torná-lo parcial, o que é justamente o que se visa evitar ao se dar a mesma importância para as características (Carraro, 2022; Wang et al., 2023).

A ONU percebe falhas no cálculo. Em 2010, propôs deixar de analisar a taxa de alfabetização de adultos e as taxas de matrícula escolar, para avaliar a combinação dos anos esperados de escolaridade de uma criança em idade escolar e a média dos anos de escolaridade anterior para adultos com mais de 25 anos. Com essa mudança é possível ter um panorama mais quantitativo da situação educacional do país, e não tão qualitativo (Wang et al., 2023).

O cálculo já passou por diversas fases. Nos anos 90 era considerada apenas a taxa de alfabetização, em 91 passou a ser a taxa de alfabetização e os anos de matrícula escolar, em 95 o IE passou a ser calculado em taxa de alfabetização e matrículas brutas escolares combinadas, até a última mudança em 2010, para o cálculo que conhecemos hoje (PNUD, 2022).

Apesar das inúmeras fontes de dados, o IE não consegue calcular a qualidade da educação, mas apenas a média bruta de anos esperados de educação que uma criança pode receber e a média da quantidade de anos que um jovem de 25 anos recebeu ao longo da vida. Embora não seja possível mensurar a fundo a qualidade do ensino com o

IE, o cálculo atual nos permite considerar as políticas voltadas à educação tanto para jovens quanto para pessoas mais próximas dos 25 anos.

Apesar de ter passado por quatro modificações, o IE ainda sofre críticas. A limitação de 25 anos da população analisada não é justificada, já que não há limite para os benefícios da educação ao longo do tempo para a melhora do desenvolvimento humano. O que além de não possibilitar analisar um panorama maior sobre a educação, também afeta a classificação dos países, o que é um dos principais objetivos do IDH (Lind, 2019).

Iremos utilizar o IE como parâmetro para avaliar a educação da Nigéria pelo facto de fazer parte do IDH, um dos parâmetros mais utilizados para se avaliar o desenvolvimento de um país e, portanto, amplamente utilizado por quase todos os países. O IE apesar de ser simples (já que não oferece uma visão aprofundada sobre os problemas específicos da educação), nos permite ter uma visão geral e uniformizada dos países, além de nos possibilitar fazer uma análise de um maior espaço de tempo.

Outro fator que influencia a utilização do IE é a sua relação direta com o IDH, mostrando de maneira clara a ligação que a educação de um país tem com o seu nível de desenvolvimento (Haq, 1995).

Desde 2010, para se calcular o IE, é necessário estabelecer valores máximos e mínimos de anos de escolaridade obtidos e expectativa de anos de escolaridade para se ter como parâmetro. Para os anos de escolaridade que a pessoa possui, o tempo mínimo é 0 e o máximo são 15 anos, enquanto para a expectativa de estudo, o mínimo é 0 e o máximo são 18 anos, sendo o tempo médio que alguém com um mestrado tem que estudar são 15 anos — por ser a projeção máxima deste indicador até 2025. O cálculo então é: $(\text{valor atual} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$. O cálculo é

aplicado para ambos os indicadores para depois se fazer a média aritmética (PNUD, 2022).

Considerando que a escolaridade esperada na Nigéria em 2021 foi de 10,1 anos e que a média de anos estudados foram 7,2 anos, fazemos o cálculo como segue abaixo (PNUD, 2022).

(1) *índice de anos esperados de estudo*: $(10,1 - 0)/(18 - 0) = 0,56$.

(2) *índice de média de anos estudados*: $(7,2 - 0)/(15 - 0) = 0,48$.

(3) *Índice de Educação*: $(0,56 + 0,48)/2 = 0,53$.

Tabela I: *Evolução do IDH e do IE na Nigéria entre 2003 e 2021*

Anos	IDH	Variação do IDH (%)	IE	Variação do IE (%)	Variação IE/Variação IDH (%)
2003	0,450		0,411		
2004	0,462	2,667	0,424	3,163	0,843
2005	0,469	1,515	0,426	0,472	3,212
2006	0,477	1,706	0,428	0,469	3,633
2007	0,480	0,629	0,431	0,701	0,897
2008	0,484	0,833	0,435	0,928	0,898
2009	0,484	0,000	0,438	0,690	0,000
2010	0,482	-0,413	0,407	-7,078	0,058
2011	0,492	2,075	0,424	4,177	0,497
2012	0,499	1,423	0,437	3,066	0,464
2013	0,506	1,403	0,475	8,696	0,161
2014	0,512	1,186	0,475	0,000	0,000
2015	0,516	0,781	0,474	-0,211	-3,711

2016	0,521	0,969	0,474	0,000	0,000
2017	0,526	0,960	0,484	2,110	0,455
2018	0,531	0,951	0,488	0,826	1,150
2019	0,538	1,318	0,499	2,254	0,585
2020	0,535	-0,558	0,520	4,208	-0,133
2021	0,535	0,000	0,520	0,000	0,000

Nota: Adaptado de PNUD (2023).

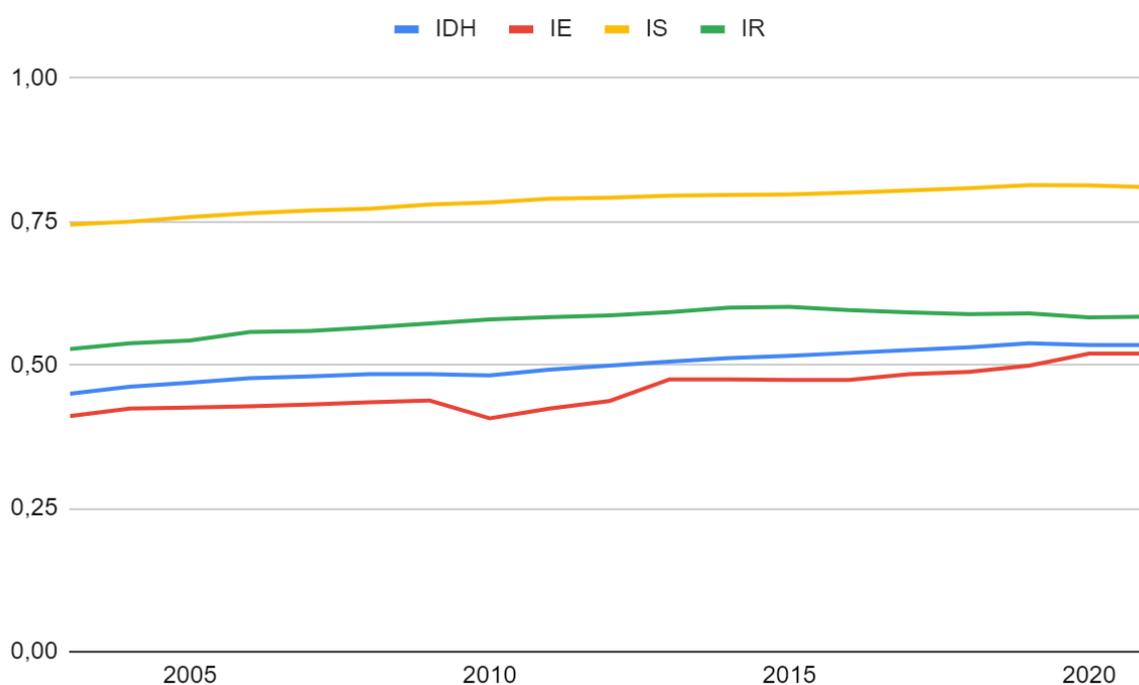


Figura 1. IDH, índice de educação, saúde e renda da Nigéria. PNUD (2023).

Na Figura 1 e Tabela 1 acima podemos ver a relação entre a evolução do IDH e o IE da Nigéria ao longo dos anos, tendo-se verificado existir uma relação geral positiva de 0,6, ou seja, quando o IE varia 1% em relação ao do ano anterior, o IDH tem um aumento médio de 0,6%. Assim, demonstra-se a existência de uma relação positiva entre ambos. Além disso, também observamos na Figura 1, que dentre os índices que

compõem o IDH, o IE é o que regista a menor média, sendo então, na lógica do próprio IDH, a maior dificuldade no desenvolvimento da Nigéria.

Como vimos, o IE da Nigéria é 0,53, o que coloca este país no lugar 148 de 191 e um IDH de 0,53, colocação 163 de 191, o qual se encaixa no grupo de desenvolvimento humano baixo. Pela classificação da ONU, existem quatro grupos de desenvolvimento (assim como a divisão de países conforme a sua renda) sendo a média de IE de cada um deles mostrada abaixo na Tabela 2 (PNUD, 2022).

Tabela II: *Grupos de desenvolvimento em 2023*

Região	IDH	Tempo de escolaridade esperada	Tempo de escolaridade médio	IE (média)
Nigéria	0,535	10,1	7,2	0.52
Muito elevado	0,896	16,5	12,3	0,86928
Elevado	0,754	14,2	8,3	0,672547
Médio	0,636	11,9	6,9	0,560877
Baixo	0,518	9,5	4,9	0,424767

Nota: Adaptado de PNUD (2023).

Conseguimos perceber pelas tabelas a relação direta que o IE tem com o desenvolvimento humano e que, apesar de não estar no último grupo, o nível de educação da Nigéria ainda é muito baixo e pode levantar diversas consequências negativas para a sociedade.

Como observamos no artigo *Female enrollment, child mortality and corruption are good predictors of a country's UN Education Index*, a relação do IE com outros indicadores sociais é direta. No trabalho é verificado que matrículas femininas, mortalidade infantil e níveis de corrupção são os três melhores indicadores não relacionados com educação para se verificar o nível de IE de um país. Vemos então mais uma relação direta que os níveis de educação de um país têm com o seu desenvolvimento e vice-versa (Adeleke & Mcsharry, 2022).

Sobre tais indicadores, as análises mais recentes indicam que as matrículas femininas em 2018 correspondiam a 42% da população feminina em idade escolar (Banco Mundial, 2018), a mortalidade infantil é de 110,8 a cada 1000 (UNESCO, 2021) e a percepção de corrupção deixa o país no ranking 154 de 180, com uma pontuação de 24, no qual quanto menor a pontuação, maior é a percepção de corrupção no país (Transparency International, 2022). Esses dados não são positivos e são todos condizentes com a classificação de baixo desenvolvimento da Nigéria, reforçando o fator que a educação na Nigéria é um ponto a melhorar.

2.2. Ajuda Pública para o Desenvolvimento

A cooperação internacional existe desde que surgiram as nações, mas começou a ganhar espaço da maneira como conhecemos hoje após a 2.^a GM, com a reconstrução dos países devastados pela guerra. Desde então o processo de cooperação passou por várias mudanças e fases, até hoje. Atualmente uma das maneiras mais comuns de apoiar um país estrangeiro por meio de financiamento para o desenvolvimento é pela APD (Melonio et al. 2022).

Pela definição da OCDE, a APD é uma ajuda governamental que promove especificamente o desenvolvimento económico e o bem-estar dos países em desenvolvimento. A APD possui algumas características próprias como: é realizada por organismos oficiais do setor público aos privados e manifestando uma característica favorável face às condições de mercado. Comportando um elemento de liberalidade ou condicionalidade de 45% aos países menos desenvolvidos, 15% aos de renda média baixa e 10% aos de renda média. A APD também pode se caracterizar por ser bilateral, entre duas partes ou multilateral, quando há mais de duas partes envolvidas (OCDE, 2023).

O surgimento da APD acompanha a cooperação internacional. Em 1960, foi criado o GAD. Com o contexto de Guerra-Fria, muitos países norte-ocidentais buscavam aumentar o seu poder de influência sobre as demais regiões do globo que não possuíam o mesmo grau de desenvolvimento e com a criação do GAD isso seria possível a partir da cooperação entre países para promover o desenvolvimento (Melonio et al. 2022).

Como membros fundadores contavam-se a Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Portugal, o Reino Unido, os Estados Unidos da América e a Comissão da Comunidade Económica Europeia. O Japão foi convidado a participar imediatamente e os Países Baixos aderiram ao grupo em julho de 1960 (OCDE, 2023).

Em 1969 foi cunhado o termo APD, fazendo a distinção de OFO e estabelecendo o objetivo de que os países membros destinassem 0,7% do seu PIB como APD. Infelizmente, poucos membros do grupo mantêm esse nível de doação. Em 2021, apenas Luxemburgo, Noruega, Suécia, Alemanha e Dinamarca atingiram esse nível de 0,7% ou mais (OCDE, 2023).

Nem todos os países são elegíveis para receber a APD. É necessário serem países de baixa e média renda com base na RNB per capita, conforme publicado pelo Banco Mundial, com exceção dos membros do G8, membros da UE e países com data definida para entrada na UE. A lista também inclui todos os PMD's, conforme definido pela Organização das Nações Unidas (OCDE, 2023).

Recentemente, no trabalho de Bárbara Muniz e Ennes Ferreira (2022), foi constatado que o valor de 0,7% do PIB já está desatualizado e não seria necessário que todos os países doadores doassem essa quantia para atingirmos um bom nível de desenvolvimento. A análise mostra que as taxas de produção e poupança dos países ricos e em desenvolvimento são maiores do que na década de 1960, por isso, o valor da ajuda está desatualizado.

Apesar de ser uma das maneiras mais utilizadas para se promover a cooperação internacional, a APD sofre diversas críticas. Dentre elas, que serve como ferramenta para promover interesses políticos dos países doadores com os países ajudados, fazendo com que o apoio não tenha as necessidades do país apoiado como prioridades, mas sim os interesses do doador. No artigo *Impact of Institutional Quality on Multilateral Aid in Nigeria*, foi analisada a instabilidade política e a sua relação com a ajuda multilateral. Verificou-se que a APD pode ser prejudicial, já que pode promover comportamentos de procura de renda nos países menos desenvolvidos (Ukwueze et al., 2021).

Além do fator de poder ser utilizada para promover interesses políticos e não o desenvolvimento, a APD pode ser prejudicial a um país. Em um estudo, *Has International Aid Promoted Economic Growth in Africa?* Concluiu que se a APD recebida for equivalente a 27% do PIB do país recetor, o impacto dos recursos é otimizado, fazendo com que o investimento seja mais eficiente. Contudo, quando a

proporção da ajuda excede 27% até 69%, a efetividade do apoio dado diminui, ainda sendo benéfico, mas não tendo tanto impacto proporcionalmente na economia. Por fim, se a proporção de ajuda dada for de mais de 69%, o apoio não tem impacto algum no crescimento económico, podendo até ser contraproducente (Cai et al. 2018).

Conforme o trabalho de Muniz e Ferreira, *Is the 0.7% goal of ODA/GNI still adequate for the recipients? An overview of the recipients' situation with a focus on Africa*, foi mencionado que do lado teórico, a teoria económica que a sustenta é considerada ultrapassada na literatura. Do lado empírico, os resultados mostraram que se a teoria económica e as premissas consideradas para calcular a meta fossem atualizadas, o montante de ajuda necessário seria diferente do que a meta sugere.

Foram encontrados valores negativos para as necessidades dos países em desenvolvimento (considerando o nível de APD necessário para os países em desenvolvimento atingirem um crescimento de 6% do PIB). Se o setor privado continuar a melhorar os fluxos financeiros, serão necessários valores ainda menores no futuro, além disso, diferentes alvos seriam necessários para representar a diversidade de regiões e países (Muniz e Ferreira, 2022).

Como mencionam Muniz e Ferreira (2022, Pg. 15), também temos as questões da perda da concessionalidade e da cada vez mais importante participação dos fluxos privados, que acabam reforçando os pontos a melhorar da APD, já que acaba perdendo o seu espaço para outras formas de ajuda.

Poel (2020) destaca a perda do carácter de concessionalidade da APD ao longo dos anos, o que prejudica os países em desenvolvimento em geral e os PMDs em particular (pp. 3-4). Durante a década de 1970, a APD foi considerada a principal fonte de financiamento externo dos países em desenvolvimento (Scott, 2015, p. 2). Embora a APD continue sendo a principal fonte de financiamento externo para o desenvolvimento dos PMDs, a

importância dos fluxos financeiros privados - incluindo fluxos filantrópicos - nos países em desenvolvimento aumentou na cooperação internacional (OCDE, 2019b, pp. 34-38; UNCTAD, 2019b, p. 3).

Apesar das críticas, analisaremos os fluxos de APD como instrumento para avaliar os esforços da comunidade internacional em promover o desenvolvimento na região e os seus impactos. A justificativa da escolha dos fluxos de APD como instrumento de análise é pelo fato de ser uma das fontes de ajuda externa mais comuns utilizadas (Melonio et al. 2022).

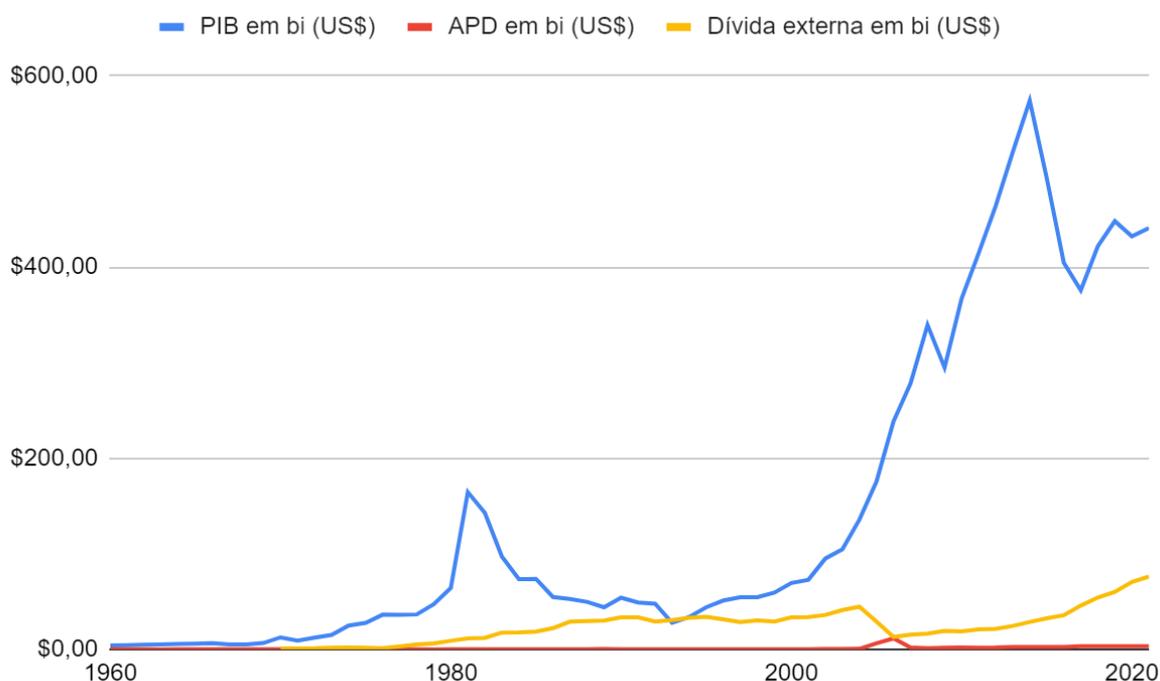


Figura 2. PIB e APD e dívida externa em mil milhões de dólares (1960 – 2021).

Dados do Banco Mundial (2023).

A partir da Figura 2 vemos o contexto do país, a APD recebida pela Nigéria atualmente não passa de 0,8% do PIB, sendo o maior momento em 2006, quando atingiu 4,9% do PIB. Enquanto a dívida externa está atualmente no seu maior valor,

representando 18% do PIB. É possível analisar também o impacto que a APD teve na dívida externa. Após 2006, quando a APD diminuiu, a dívida voltou a aumentar.

3. Estudo de caso: Nigéria

3.1 Contexto social

3.1.1 História

A Nigéria foi colonizada no século XIX pelos britânicos. Assim como em muitos outros países africanos, a colonização procurava apenas os ganhos económicos da potência colonizadora e pouco se preocupava com a organização social ou a qualidade de vida do país dominado. Apesar da falta de cuidado com o desenvolvimento da região, houve três fatores principais que contribuíram para a dominação britânica: o cristianismo, os interesses comerciais e a pressão internacional (Falola & Heaton, 2022).

Em primeiro lugar foi o cristianismo. A religião, apesar da crescente aceitação a partir do século XIX, já havia sido apresentada pelos portugueses no século XV. Entretanto, apenas com a chegada dos ingleses se fortaleceu. Havia dois fatores principais para o cristianismo obter um alcance maior com os ingleses (Falola & Heaton, 2022).

O primeiro se relaciona aos ganhos diretos dos nigerianos, que incluíam: as vantagens espirituais sobre os rivais, dentre as disputas entre tribos se acreditava por vezes que seria uma vantagem ter mais uma garantia espiritual sobre os inimigos; as relações comerciais, os nigerianos que se converteram ao cristianismo acabavam por aprender inglês, o que era muito vantajoso nas trocas comerciais e, por fim, os nigerianos também acreditavam que se aproximando mais dos costumes europeus,

teriam uma melhor relação com a igreja e com os militares, tendo assim um grande apoio de uma potência externa (Falola & Heaton, 2022).

A outra vantagem para aceitação do cristianismo estava no fato de que os missionários ingleses traduziram a Bíblia para a língua local africana, criando um alfabeto e organizando a língua de maneira que os nigerianos tivessem mais adesão à bíblia. Além disso, muitos ex-escravos eram propagadores da palavra, o que aumentava o alcance do cristianismo. Apesar da propagação do cristianismo ter sucesso na porção sul, no Norte não houve o mesmo nível de aceitação, já que a região já era predominantemente muçulmana (Falola & Heaton, 2022).

Do lado comercial, a economia nigeriana era muito baseada na agricultura focada no óleo de palma, que era levado até os portos para a exportação, se tornando uma região de grande importância para o império britânico, que se preocupava em manter o seu controle sobre o país. Como a região ainda não era muito explorada, o comércio de óleo de palma dependia muito de agentes intermediários. Com o aumento da colonização, no entanto, os intermediários se tornavam cada vez menos necessários (Falola & Heaton, 2022; Burns, 1978).

Por último, a pressão da Alemanha e da França também contribuíram para os ingleses procurarem cada vez mais manter o seu controle sobre a região. A disputa foi uma das tratadas na conferência de Berlim, um dos motivos que levou à 1.^a GM, mostrando assim qual o nível de importância que os países europeus davam para a região (Burns, 1978).

Apesar da colonização britânica ter bastante envolvimento na região, a política desde o início era evitar interferir nas dinâmicas internas do país, o que não ocorreu. Para isso, foi definida a governança indireta, na qual, os britânicos lidavam com um

líder local e o mesmo se encarregava da população, o objetivo era não afetar tanto as dinâmicas de poder da comunidade local. Assim, o chefe original ainda teria o poder sobre os seus territórios, mas os britânicos poderiam fazer com que as decisões tomadas fossem de encontro aos seus interesses (Udo et al. 2020).

O problema, no entanto, é que as populações locais raramente indicavam o representante local oficial para fazer as relações com os ingleses, principalmente pelo fato de não confiarem nele. Ao longo do tempo, as diferentes regiões adaptaram a sua governança à sua realidade (Burns, 1978).

Em questões de desenvolvimento, pela forma de dominação, a região sul teve mais atenção que a porção norte, como menciona o trecho do livro *A History of Nigeria* de Falola e Heaton (2022, Pg.116):

Os regimes de governo indireto nos protetorados do Sul e do Norte desenvolveram-se separadamente e, como resultado, diferiram significativamente. Enquanto o governo indireto no Sul era conduzido principalmente por meio de concelhos de governantes tradicionais, no Norte o poder em qualquer região era centralizado nas mãos de um único emir ou, nas áreas não muçulmanas, de um chefe supremo. Nos protetorados do Sul, os funcionários coloniais tendiam a favorecer a extensão da educação europeia e os serviços sociais modernos. Em Lagos, por exemplo, o governo colonial havia estabelecido um Departamento Médico, que empregava onze médicos europeus e três africanos em 1898, um serviço de polícia e um Departamento de Obras Públicas encarregado da manutenção de prédios e estradas públicas e da extensão da iluminação elétrica, telégrafos, cais e transporte público, entre outras coisas. No Sudeste, Ralph Moor tornou-se um defensor do uso do governo colonial para estender a educação europeia no início do século XX. Em contraste direto, as autoridades coloniais no Norte proibiram explicitamente os gastos do governo colonial em tais serviços sociais, tanto no interesse da parcimônia quanto da preservação cultural.

Como podemos constatar no trecho, por essa diferença na administração, a região sul também tinha uma economia e um desenvolvimento mais forte que a região norte. Em 1921 o censo do país indicou que as taxas educacionais, apesar de muito baixas, ainda eram ligeiramente melhores no Sul, na região cerca de 0,5% da população era alfabetizada e 4% parcialmente alfabetizada. Apesar da baixa taxa educacional, o governo inglês não tinha interesse em melhorar a qualidade do ensino, a maioria da educação da Nigéria era limitada ao ensino primário ou treino industrial (Falola & Heaton, 2022).

Percebendo o desinteresse em investimento educacional do regime britânico, Frederick Lugard, administrador colonial da região norte entre 1900 e 1922, argumentava que a educação tornava os nigerianos “descontentes, impacientes de qualquer controle e uma assunção injustificável de auto importância no indivíduo”, o que dificultava a dominação britânica (Falola & Heaton, 2022: Pg. 129).

Outro fator que contribuiu para um maior desenvolvimento da educação na porção sul era a necessidade de mais pessoas com instrução, pelo aumento das relações comerciais e que apenas os missionários educavam os nigerianos. Como eram permitidos apenas no Sul, o Norte acabou por ter a deficiência de quase não possuir escolas. Em comparação, no ano de 1921 no Sul havia cerca de 2.200 escolas em que 90% recebiam apoio do Estado, enquanto no Norte havia apenas um limitado número de instituições de ensino (Falola & Heaton, 2022).

Mesmo com a baixa taxa de educação, os nigerianos, que acabavam tendo a oportunidade de conseguir mais estudo, e por ter uma base europeia de formação, tinham um nível mais elevado de conhecimento, já percebiam o suficiente para se descontentar com as políticas britânicas (Udo et al. 2020).

Graças a esses movimentos de nacionalismo e valorização da cultura local, por parte dos nigerianos mais educados, impulsionados pela crise de 29, muitos grupos e movimentos nacionalistas começaram a se fortalecer. Isso aumentou as tensões e, portanto, a insatisfação popular. No entanto, apesar de terem uma causa em comum, os grupos nacionalistas ainda divergiam em muitos pontos (Udo et al. 2020).

Em 1945, após uma insatisfação popular insustentável e uma greve geral no país, o governo britânico deu mais atenção às reclamações populares. Novas escolas foram criadas e um plano de 10 anos de investimento social foi feito. Em 1947, por exemplo, havia cerca de 100 escolas secundárias e até 1960 totalizavam cerca de 700. Enquanto em 1957 foi atingido o ensino europeu primário universal e gratuito. Contudo, pela falta de especificidade no plano, de onde o valor deveria ser alocado e pela falta de planejamento no tempo de implementação, muitas demandas, que precisavam de mais de 10 anos para serem resolvidas, ainda não foram atendidas, como o desenvolvimento de indústrias locais (Falola & Heaton, 2022).

Em 1946 foi definido um plano de transição de poder para o país, no qual gradualmente mais nigerianos passariam a participar do corpo do governo. O processo de transição, no entanto, não foi bem planejado. Para definir a constituição, por exemplo, não houve consulta aos grupos políticos nativos, além de que os nigerianos que participavam do governo foram escolhidos no regime anterior pelos colonizadores e não pela população. Havia muitos desafios a serem superados que não foram tratados da melhor maneira (Burns, 1978).

O país, então, foi dividido em três partes, o norte, o leste e o oeste, sendo o leste e oeste partes do sul. Contudo, durante a transição de administração, o Sul teve uma participação muito maior, gerando uma insatisfação popular e mais dificuldades para

transição democrática. Em 1954 foi definida a constituição que estaria em vigor nas eleições de 1960, quando foi eleito Alhaji Tafawa Balewa como primeiro-ministro (Gabon, 2023).

Em 1957, o governo colonial pediu a ajuda do Banco Mundial para o financiamento da educação primária no país. O BM tinha quatro objetivos com a sua intervenção: analisar os recursos disponíveis na colónia; calcular qual era a viabilidade económica futura; identificar potenciais de desenvolvimento em setores importantes da economia; e então fazer as recomendações a serem tomadas (Babalolal, 2000).

Após a análise, o BM concluiu que seria necessário limitar o ingresso de crianças nas escolas, por falta de capacidade de absorção, expandir as escolas secundárias visando formar professores mais capacitados, aumentar o número de alunos conforme o crescimento da capacidade de matrículas das escolas e criar mais centros de comércio para fomentar a educação técnica (Babalolal, 2000).

O ocidente do país ignorou as recomendações e tentou matricular todas as crianças em idade letiva, o que levou a uma educação de baixa qualidade com muitas dificuldades de se estabilizar. O norte do país, diferentemente, não possuía a força necessária para ter uma segunda opção senão a do BM e, por isso, a aceitou (Babalolal, 2000).

O artigo *Education as aided by the world bank: a critical analysis of post-independence projects in nigeria*, conclui dizendo que o papel do BM nesta situação foi perpetuar o colonialismo, no sentido de continuar a ditar para a região o que se deveria aprender e como. Isto é confirmado pelo fato de ser o próprio governo colonial que pediu apoio do BM, para fortalecer a colónia segundo os seus interesses. Dos diversos projetos que o BM financiou, apenas os últimos foram focados no ensino

superior do país, e, mesmo assim, o modelo de análise e as recomendações estavam defasadas (Babalolal, 2000).

O artigo também menciona que as políticas educacionais de um país devem ser decididas internamente e não impostas por outra parte. Grande parte da falta de eficiência da implementação dos projetos foi devido à falta de preocupação com a participação da Nigéria nas decisões, o que acabou levando à promoção de aspetos da educação que não eram o que o país realmente precisava (Babalola, 2000).

Entre os anos de 1970 e 1974, o valor destinado pelo governo para o setor da educação no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foi superior a 277,786 milhões de dólares, aumentado para mais de 2,463 mil milhões no Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento, entre 75 e 80. Após a queda do preço do petróleo em 83, responsável por mais de 90% dos rendimentos estrangeiros da Nigéria, junto a estabilidade política, o foco nos investimentos na educação diminuiu, levando ao sucateamento do sistema de ensino e, posteriormente, uma fuga de cérebros, principalmente para os EUA e Europa (Cosmas et al., 2022).

A APD voltada para o ensino no país neste período de 1970 a 1974 trouxe pontos positivos, principalmente em termos de números de escolas e alunos a frequentando. A matrícula em instituições terciárias, por exemplo, aumentou de 391.035 em 1995 para 862.023 em 1997 e 1.032.873 em 2000. No entanto, o aumento de gastos públicos na educação não acompanhou esse crescimento, fazendo com que houvesse mais escolas e alunos, mas com uma pior qualidade (Cosmas et al., 2022).

Após a independência dos britânicos, a Nigéria era a promessa da África, o país que teria a economia mais forte e seria o exemplo de desenvolvimento no continente, no entanto, pela instabilidade da democracia e falta de gestão isso não ocorreu. As regiões

temiam que uma dominasse a outra, tanto que havia políticas para evitar o conflito e unir o país, como: manifestações culturais, as quais tiveram um crescimento graças às universidades; a criação de duas novas universidades, fazendo com que cada região possuísse pelo menos uma universidade e a implementação de cotas para cargos públicos, dependendo da região do servidor (Falola & Heaton, 2022).

Apesar dos esforços em manter a unidade do país, principalmente pelo medo da dominação da região, dada a fragilidade da democracia, a Nigéria passou por diversos períodos até conseguir estabilizar a sua democracia, em 1999. Após a independência, a Nigéria passou por diversos regimes militares, uma guerra civil, diversos conflitos internos e quase nenhuma estabilidade entre os regimes. Em 1999, Atiku Abubaka, o último militar no poder, realizou as eleições que definiram Olusegun Obasanjo como presidente (Udo et al. 2020).

Apesar de ter sido uma das maiores economias da África, a Nigéria não conseguiu melhorar as suas condições sociais, principalmente pela dificuldade em manter uma democracia estável, tema que se debate até hoje.

Além das dificuldades de boa governança, a Nigéria sofre com alguns problemas, como: tensões étnicas entre o Norte, majoritariamente muçulmano e menos desenvolvido, com o Sul, predominantemente cristão e mais rico; o problema de terrorismo, como um dos locais onde o grupo Boko Haram é originário e mais atuante; a questão da emancipação do Delta do Níger, que segue até hoje pela dominação da região rica em petróleo. Estes problemas afetam o país atualmente e, se não impedem, dificultam muito o trabalho de apoio para o desenvolvimento (Udo et al. 2020).

Assim vemos o impacto da qualidade institucional no impacto da APD. O artigo *Impact of Institutional Quality on Multilateral Aid in Nigeria*, o mais atual dos

utilizados neste trabalho, de Ezebuilo Romanus Ukwueze, Uchenna Casmir Ugwu e Ogochukwu Anastasia Okafor, todos autores nigerianos, aborda o impacto da qualidade das instituições no apoio internacional para o desenvolvimento recebido. No estudo a qualidade institucional foi percebida como sendo composta de dois fatores principais, a liberdade de expressão e independência do judiciário.

O estudo analisou principalmente a ajuda multilateral, por ser aceite que a ajuda bilateral é dirigida mais frequentemente baseada nas motivações políticas do país doador do que das necessidades do país recetor, e diferentemente do primeiro artigo, este considera a APD não tão eficiente, uma vez que é dirigida ao país há muitos anos e ainda não mostrou os resultados esperados, uma vez que o crescimento económico nigeriano ainda é muito instável. Além disso, existe a premissa de que a APD é uma renda adicional a ser adquirida pelo Estado e que quebra o equilíbrio entre Estado e população, já que pode promover comportamentos de busca de renda onde o governo não fica tão preocupado em atingir um nível de eficiência tão grande, considerando que já recebe uma renda adicional (Ukwueze et al., 2021).

Além de poder incentivar a corrupção, como muitas vezes os recursos são destinados sem a devida supervisão, foi evidenciado que a forma de regime político afeta a administração da APD, sendo governos elitistas os mais ineficazes. Por fim, o estudo concluiu que dentre os fatores considerados para qualidade institucional, o único que apresentou poder de influência relevante para a APD, foi a liberdade do judiciário. Portanto, demais fatores deveriam ser considerados no momento de alocar recursos para países recetores, como política, localização e história colonial, para assim ter um conhecimento maior sobre a região e a probabilidade do país realizar um bom uso dos recursos (Ukwueze et al., 2021).

Ainda sobre a gestão de recursos, o artigo *effect of foreign aid on educational development in nigeria* aborda que um dos principais problemas é a má gestão de recursos, no ano de 2010, por exemplo, dos recursos vindos da APD, 26,9% foram destinados para administração, 5,4% para agricultura, 9,4% para energia e mineração, 1,9% para indústria e comércio e 6,8% para transportes (Mukaddas, 2019).

Apesar das dificuldades de obter um resultado mais eficiente da APD na educação, a visão geral dos *stakeholders* e diplomatas relacionados com a questão, é que a APD tem um impacto positivo no país. O que é verificado pelo aumento de infraestrutura e capacidade de atender mais alunos, como o artigo menciona (Mukaddas, 2019).

O artigo conclui que os países recetores devem elaborar as suas próprias políticas segundo o seu contexto. Apesar da APD contribuir para o país, a Nigéria não deve depender da ajuda externa, mas deveria contar com os seus próprios recursos. Ainda há necessidade de dar mais atenção à capacitação das instituições nigerianas, por isso, a ajuda deve ser intensiva em mão de obra ao invés de focar no capital (Mukaddas, 2019).

3.1.2. Indicadores

Essa parte do trabalho será dedicada a analisar alguns dos indicadores sociais da Nigéria para dispor uma melhor noção do percurso do país em termos de qualidade de vida.

Nos dados e figuras analisados teremos informações de antes de 2003, de modo a trazer uma melhor percepção do desenvolvimento e mudanças no país, e então fazer uma melhor análise de 2003 em diante.

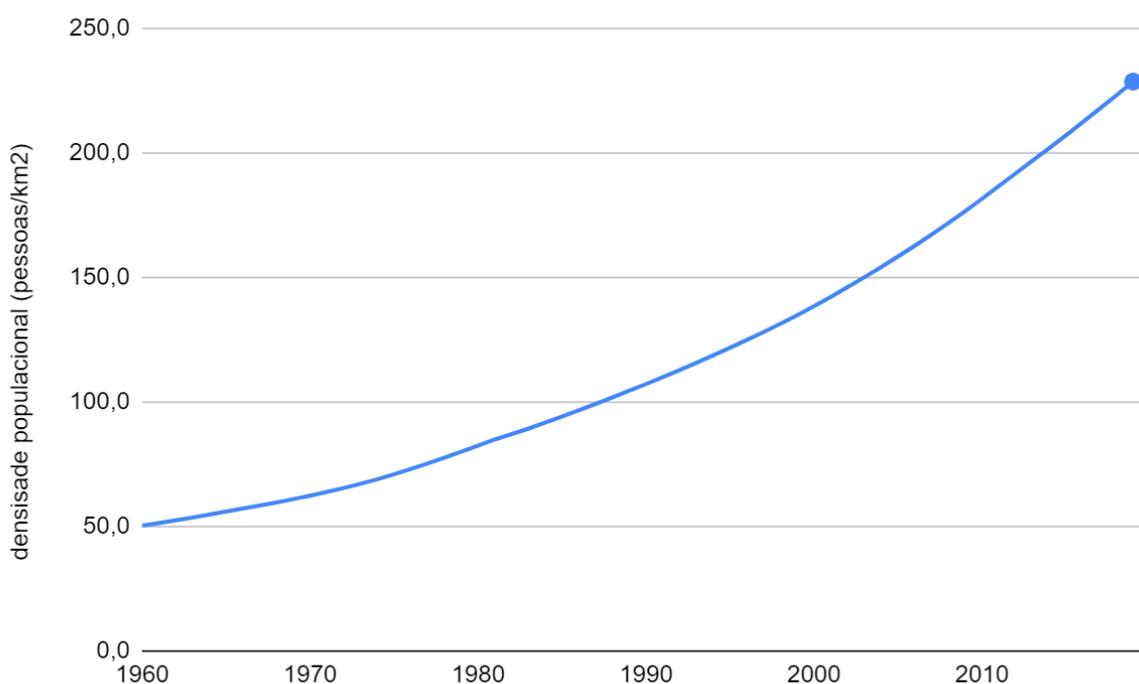


Figura 3. Densidade populacional, pessoas por km². Dados do Banco Mundial (2023).

Na Figura 3 de densidade populacional percebemos o crescimento constante que, como foi mencionado anteriormente, se projeta ser o maior do mundo até 2050. Como sabemos, isso tem uma relação direta com o nível de desenvolvimento do país, que apesar de ter um grande bônus demográfico, não irá poder aproveitá-lo pela baixa qualidade de vida do país. A densidade populacional crescente demonstra a necessidade de uma mudança no aumento do desenvolvimento do país (Alves, 2019).

Atualmente 50% da população da Nigéria vive em extrema pobreza, com o aumento da população em 155% e o possível agravamento do cenário econômico, já se estima que em 2050 mais de 200 milhões de nigerianos viverão em situação de extrema pobreza (Alves, 2019).

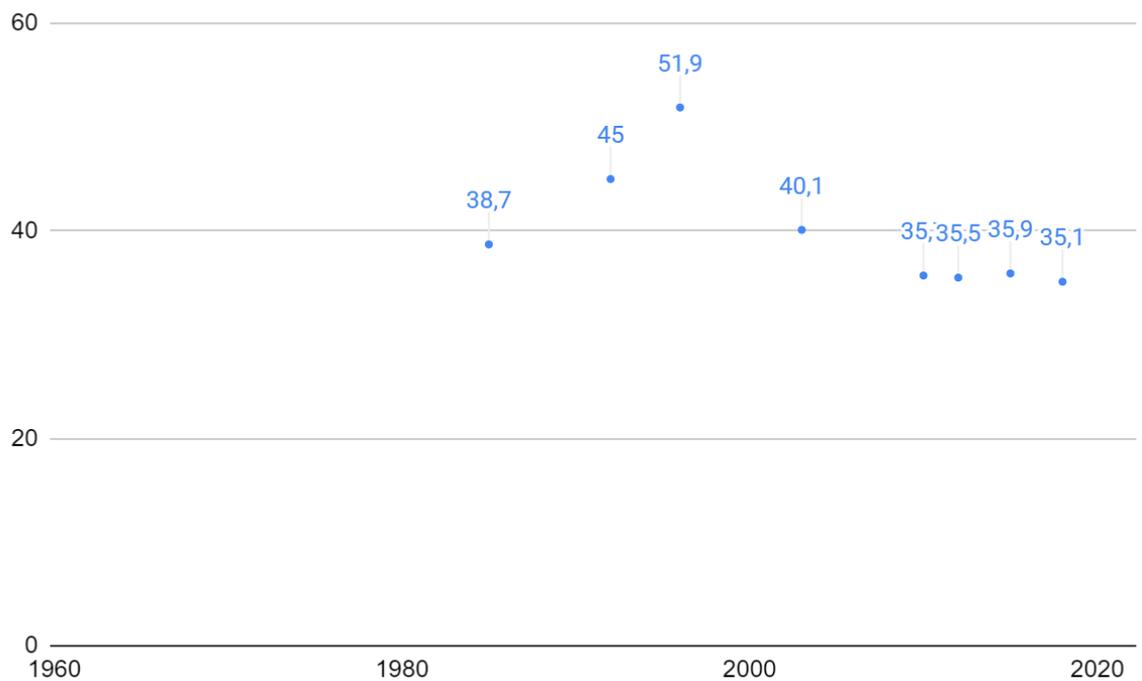


Figura 4. Coeficiente de Gini (1960 – 2022). Banco Mundial (2023).

Conforme o histórico do índice de Gini da Nigéria (o coeficiente que mede a desigualdade económica do país) vemos que houve momentos de maior desigualdade, principalmente nos anos 90, o que poderia estar relacionado com a grande instabilidade política (Harmon, 2023).

Atualmente, segundo o Banco Mundial (2023), o índice de Gini da Nigéria é de 35,1 , demonstrando um nível de desigualdade moderada, ou seja, existem discrepâncias no acesso a recursos como educação, saúde, habitação e oportunidades económicas, mas que a mobilidade social ainda é possível, apesar de ser mais difícil que em outros países. A questão principal é que a qualidade de vida geralmente é baixa, então por mais que o índice de Gini não seja tão alto, ainda existem muitas pessoas na linha da pobreza.

Estes dados nos ajudam a ter uma melhor noção do que a Nigéria pode aguardar nos próximos anos em termos populacionais e a situação atual relativamente à desigualdade, fator que, como mencionado, afeta negativamente a capacidade de desenvolvimento e gestão de recursos do país.

3.2. Metodologia e estudo de caso

A análise do trabalho é predominantemente qualitativa, feita a partir dos dados disponibilizados publicamente, a partir de fontes como: BM; OCDE; PNUD e UNESCO. Iremos também analisar a África Subsaariana, excluindo países de alta renda¹, para efeitos comparativos com a Nigéria, já que possuem características em comum, e nos possibilita analisar a qualidade e impacto desta ajuda. Não faria sentido comparar a Nigéria com outra região que não fosse a sua, como países asiáticos, por exemplo, já que possuem contextos geopolíticos completamente diferentes.

Na análise qualitativa foram analisados artigos com diferentes abordagens sobre qual o impacto da APD e da APD voltada para a educação da Nigéria. A análise foi feita com base em artigos, por não haver dados disponíveis sobre quais os projetos específicos realizados na Nigéria utilizando APD e como este valor foi investido, para melhor uma análise.

Iniciando a análise quantitativa, na Figura 5 podemos observar o montante de APD destinado para a educação que a Nigéria recebeu e a variação do IE no mesmo período.

¹ Todos os países da África Subsaariana, com exceção de Seicheles.

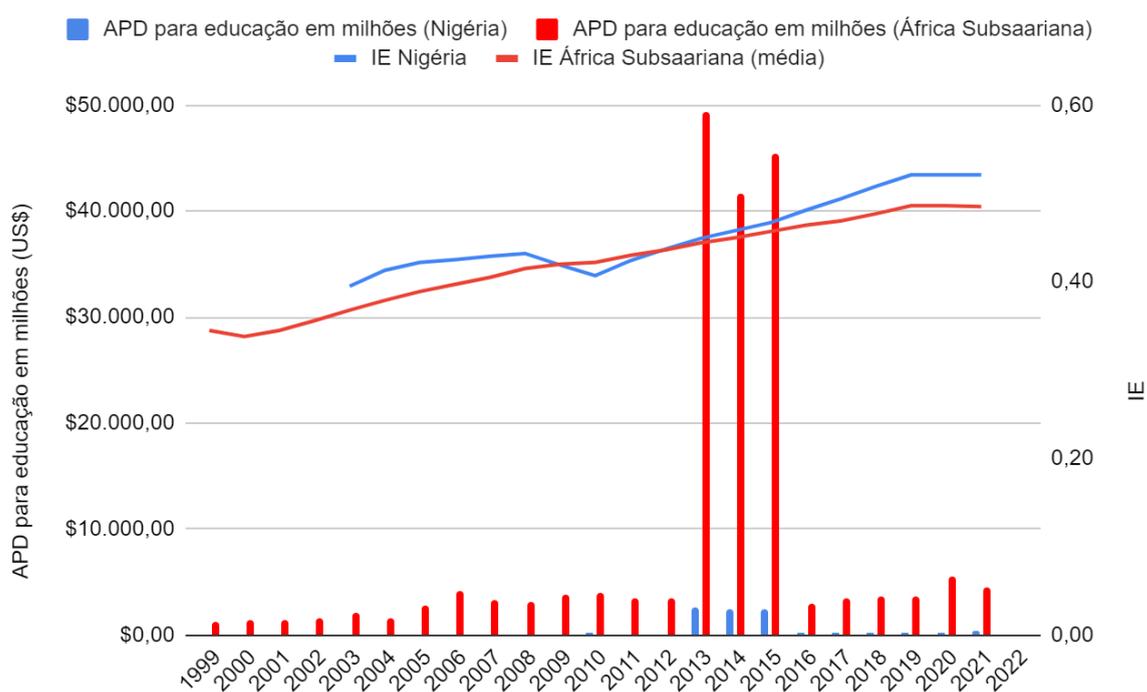


Figura 5. IE x APD para educação (Nigéria e África Subsaariana). PNUD, Banco Mundial e UNESCO (2023).

Fica claro na Figura 5 que ambos os valores tendem a aumentar, tanto a quantidade de APD, quanto o nível do IE.

Analisando a correlação de dados, vemos que a variação que o IE inicial teve relativamente ao último medido, dividido pelo valor total investido na Nigéria, nos mostra que cada milhão de dólares investido impactou o IE a subir 0,00001254 pontos em média. Ao fazer a mesma comparação com os dados da África Subsaariana, o resultado foi de 0,00000071. Isto mostra, considerando apenas esta análise, que o impacto da APD para educação na Nigéria não só é benéfico para a educação como é mais eficiente em comparação ao restante da região.

No entanto, como o IE é afetado por múltiplos fatores, não podemos atribuir o aumento da escolaridade da população apenas à quantidade de APD destinada à

educação. Desta forma, na Figura 6 analisamos proporcionalmente, por meio da análise per capita, a relação da APD para educação da Nigéria e da África Subsaariana.

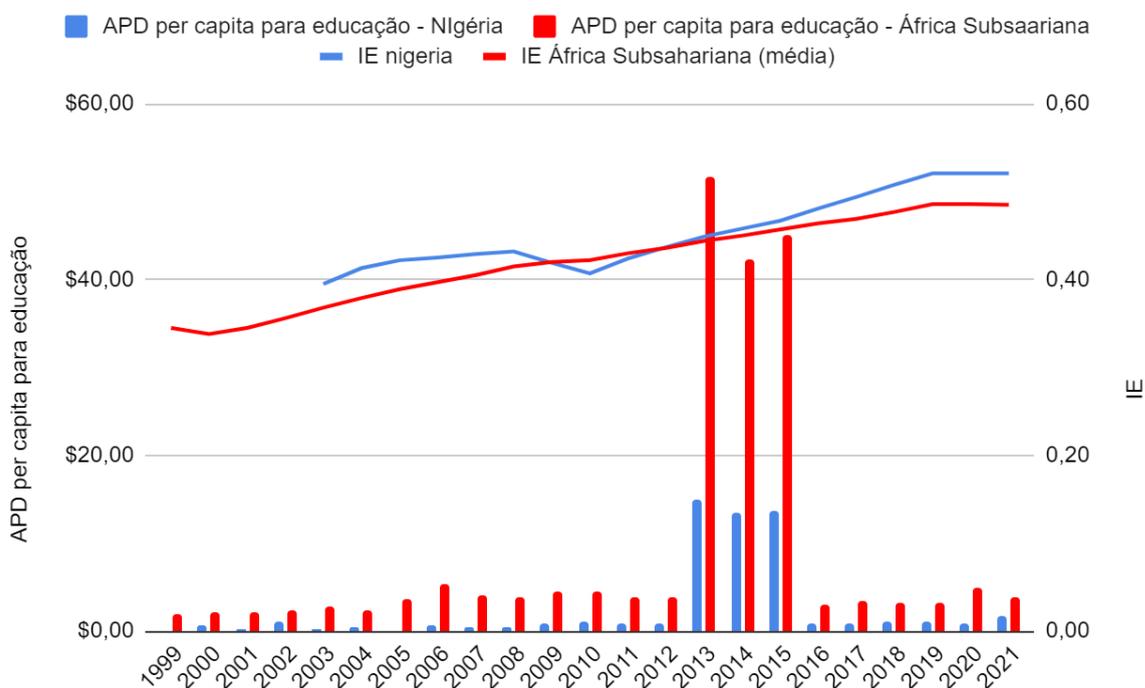


Figura 6. IE x APD per capita (Nigéria e África Subsaariana). PNUD, Banco Mundial e UNESCO (2023).

Aqui vemos que a quantidade de APD per capita da Nigéria é proporcionalmente muito menor à África Subsaariana. Mesmo assim, o IE da Nigéria teve um crescimento maior que o restante da região a partir de 2009, chegando a ultrapassar o IE da África Subsaariana em 2012. Este pode ser outro indício de que a APD para a educação na Nigéria não só é benéfica como é mais eficiente do que no restante da região.

Fazendo a mesma análise anterior, de comparar a variação de IE com a APD per capita para educação, vemos que na Nigéria o impacto de cada milhão per capita foi de 0,002230 pontos para o IE, enquanto no restante da região da África Subsaariana foi de 0,000674 pontos para o IE. Novamente mostrando a maior efetividade do investimento para educação na Nigéria.

A partir dos dados de APD analisados, devemos também analisar os gastos públicos. Mais especificamente, o quanto a APD representa nestes gastos, pois mesmo tendo a APD valores elevados, não tem um impacto maior que os gastos públicos na educação proporcionalmente. Para fazer uma análise mais fiel à realidade devemos não só analisar a APD, mas o contexto que se insere.

Segundo a OCDE, no seu último relatório voltado à educação, *Education at a Glance 2022*, o gasto público total em educação (do nível primário ao superior) representa em média 10,6% do gasto total do governo nos países da OCDE, sendo 7% o mínimo entre estes países. Atualmente, os gastos públicos com educação não excedem 8% do PIB em nenhum país da OCDE (OCDE, 2023).

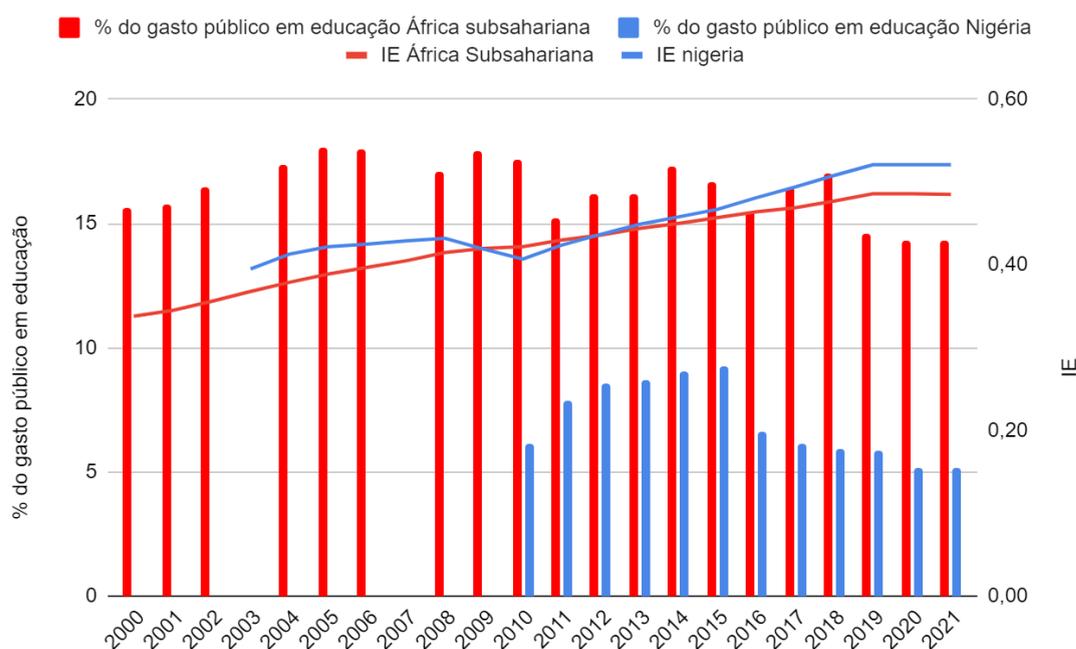


Figura 7. % de gastos públicos com educação x IE (Nigéria e África Subsaariana).

PNUD, Banco Mundial (2023).

Analisando a Figura 7, verifica-se que apesar da queda da percentagem dos gastos públicos, de 9,26% em 2015 para 5,14% em 2021, a diminuição não se deve ao

encolhimento do PIB, e que a situação real é justamente o oposto. De 2017 até 2021 vemos uma relação inversa no crescimento do PIB (que segundo o Banco Mundial, aumentou de 375,75 mil milhões de dólares em 2017 para 440,83 mil milhões de dólares em 2021) e gastos públicos com educação.

Entre os anos de 1980 e 2013 o gasto médio do governo com educação foi de 6,56% do PIB, sendo que a recomendação da UNESCO é que a proporção seja 26%. Conforme o artigo *Official Development Assistance and the Third World's Debt Crisis: Implication for Nigeria Educational Development, 1980–2015* (Cosmas et al., 2022), isso se deve principalmente a dois fatores. O primeiro é a dívida externa da Nigéria, que aumenta desde 1970. Saindo de US\$0,58 mil milhões, em 1970, para US\$18,5 mil milhões, em 1985, e US\$28,27 mil milhões, em 2000. Tornando muito difícil para o país que depende na maioria da APD conseguir utilizar os seus recursos para o investimento interno (Cosmas et al., 2022). O segundo ponto pelo qual não há uma alocação satisfatória de recursos na educação, é pela má gestão, fato que o próprio chefe de estado em 1971, Gen Yakubu Gowon, disse que o problema da Nigéria não era dinheiro, mas como ele é gasto (Cosmas et al., 2022).

Presentemente, a Nigéria está com o gasto em 5,14% do gasto público em educação, sendo o momento com maior diferença entre o tamanho do PIB do país e os gastos públicos com educação, o que está muito abaixo do nível médio de gastos públicos com a educação entre os países membros da OCDE. Como menciona o jornal nigeriano Premium Times (2022), O Gerente Sénior de Educação, Escritório de Campo da UNICEF, em Kano, Sr. Michael Banda, mencionou que a percentagem total em 2022 não deveria ter sido de 5,4%, mas sim de 8,4%.

Comparando a proporção dos gastos públicos e o IE da Nigéria e da África Subsaariana na Figura 7, vemos que, apesar da atual inversão na relação entre PIB e gastos com educação e mesmo com a proporção de gastos menor que o restante da região, a Nigéria tem resultados melhores no IE².

Sobre a situação económica da Nigéria e o impacto da APD, o artigo *Ongoing Debate Between Foreign Aid and Economic Growth in Nigeria: A Wavelet Analysis*, analisa a interconexão entre crescimento económico, ajuda externa, comércio, formação bruta de capital fixo e taxa de inflação num modelo de ondulação³ para o caso da Nigéria. A conclusão do trabalho mostra que:

É preciso alargar a base económica da nação, estabelecer o mercado financeiro e os recursos humanos, transformando assim a economia numa economia baseada no conhecimento. É preciso construir uma força de trabalho qualificada por meio de educação e treinamento adequados, o que certamente aumentará a eficiência e diminuirá os custos de exportação e permitirá que ela seja muito mais competitiva na base global. A Nigéria precisa sustentar um forte crescimento económico para criar mais oportunidades de emprego e aliviar a pobreza. Deve concentrar-se no uso efetivo da ajuda externa em que a taxa de retorno deve ser superior à taxa de investimento. (Adebayo & Beton Kalmaz, 2020, Pg., 17).

O trabalho de Adebayo e Kalmaz conclui haver uma interação negativa entre ajuda externa e crescimento económico, enquanto a formação bruta de capital fixo influencia positivamente o crescimento do PIB. Outra conclusão foi que nem a inflação ou a abertura comercial têm impacto significativo sobre o crescimento económico (Adebayo & Beton Kalmaz, 2020).

² Justifica-se a apresentação de dados incompletos pela falta de informações disponíveis.

³ O modelo de ondulação transforma os dados em gráficos de ondas para os comparar e perceber se os picos e declínios se relacionam.

O artigo se encerra afirmando, mesmo que o apoio seja eficiente, existem outros fatores que afetam a qualidade do apoio e, principalmente, o desenvolvimento do país, e que os recursos devem ser utilizados de maneira mais eficiente para se obter um retorno maior (Adebayo & Beton Kalmaz, 2020).

Na figura seguinte temos a proporção de APD relativamente ao PIB e IE das regiões (foi utilizada a proporção de APD e PIB, pois a relação entre APD e gastos públicos não estava disponível) e verifica-se desta vez uma mudança. Neste caso, a Nigéria recebe um apoio maior em proporção ao seu PIB para o investimento em educação do que o restante da região. Conclui-se a partir disso que o desenvolvimento da educação depende fortemente de incentivos externos.

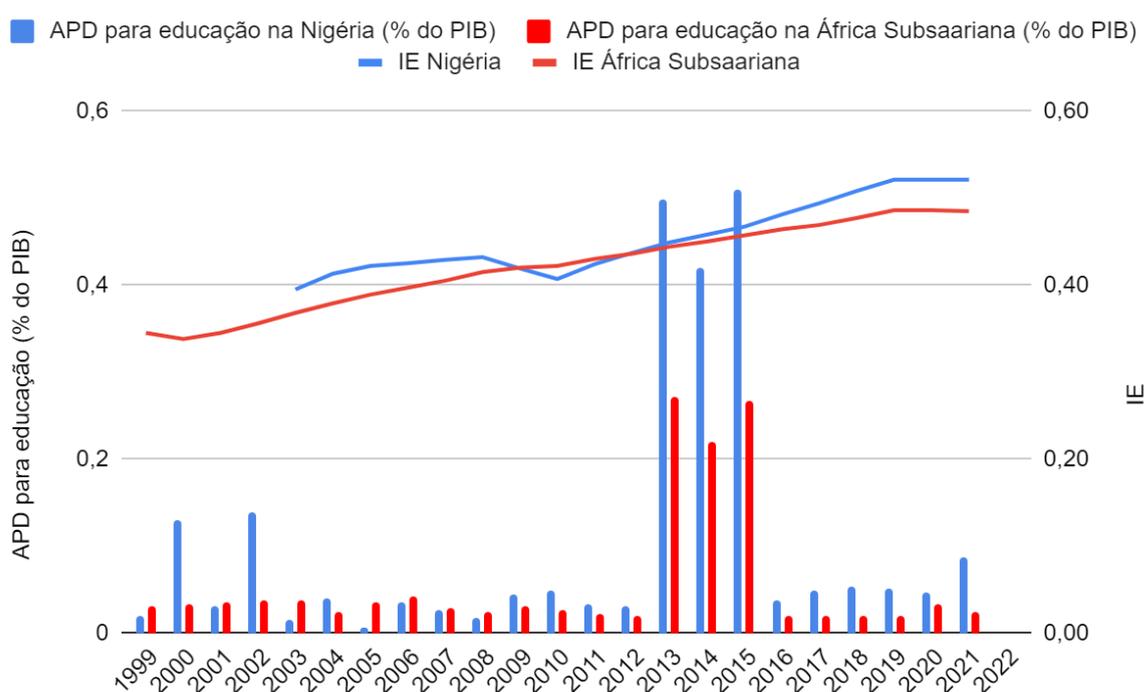


Figura 8. APD % do PIB x IE (Nigéria e África Subsaariana). Banco Mundial e PNUD (2023).

Nas outras figuras presentes no trabalho, a África Subsaariana recebia uma ajuda maior em proporção per capita e em volume, além de também ter uma maior

percentagem de gastos voltados para educação com relação aos seus gastos públicos. Nas três situações se mostrando ineficiente. O que indicaria que os recursos são mais bem aproveitados na Nigéria, tendo um uso mais eficiente.

Das figuras analisadas, esta é a primeira que mostra uma relação proporcional entre a APD para a educação e o IE entre a Nigéria e a África Subsaariana. Assim, podemos tirar três conclusões da análise destes dados: o valor investido na Nigéria tem um impacto maior do que em outros países da região; com menor gasto público em educação, a Nigéria obteve resultados melhores de IE e quanto maior a ajuda relativamente ao PIB do país, mais positivo será o impacto.

O facto da APD voltada para educação ter resultado mais na Nigéria do que outros países da região pode ser justificado por duas explicações, é possível que a APD para educação tenha mais resultados quando investida na Nigéria do que em outros países da região da África Subsaariana, por ser utilizada de maneira mais eficiente. De outra banda, também pode-se atribuir a dependência que o país possui de tal ajuda e, por isso, acaba tendo um maior impacto.

Sobre o maior investimento proporcional ao PIB, isso nos mostra uma maior importância e mostra que quanto maior for a ajuda relativamente ao valor internamente já disponibilizado, maior será o impacto.

Outro fator a ser considerado é a gestão de recursos num país como a Nigéria. As condições presentes dificultam muito o foco do investimento na educação, tal como redução de trabalhadores, congelamento de salários, desvalorização da moeda do país, comercialização de empresas públicas, remoção de subsídios a certos serviços (como os setores de educação e saúde, redução do financiamento governamental do setor social e previdenciário, entre outros) (Cosmas et al., 2022).

Acadêmicos na área (Cosmas et al., 2022: Pg. 9) indicam que “as agências oficiais de assistência ao desenvolvimento devem expurgar as condições vinculadas à APD que são hostis ao desenvolvimento da economia dos países beneficiários”. Isso tornará a ajuda mais benéfica para o desenvolvimento económico dos países recetores.

Isso não significa que a APD direcionada à educação foi de todo mal, pelo contrário, os autores inclusive citam o trabalho anterior, de Mukaddas, mencionando que a APD contribuiu para o país atingir os ODS, especificamente o de número quatro (Cosmas et al., 2022).

O jornal, *International Journal of Educational Development*, convida três autores a abordar algumas questões sobre o futuro da APD para educação em países pobres, já que se torna cada vez mais visível que os ODS não são realizáveis em países subdesenvolvidos. No artigo *The future of aid for education: Three essays* (Burnett et al. 2022), são feitas quatro perguntas: (i) como aumentar as receitas domésticas e outras fontes seguras de financiamento recorrente; (ii) que mudanças são necessárias na arquitetura internacional de educação e desenvolvimento; (iii) a assistência educacional deve ser concentrada em emergências humanitárias e (iv) a assistência educacional não emergencial deve ser concentrada nos bens públicos da educação?

Os três autores, a partir das quatro perguntas, desenvolveram três trabalhos. O primeiro é *Post the Post Washington Consensus: What to do with Aid and Education Financing*, de Keith Lewin. O segundo, *Re-Imagining Aid to Education After the Post Washington Consensus*, de Nicholas Burnett. O último é *What to Do About Foreign Aid in Education*, de Stephen Heyneman (Burnett et al., 2022).

As conclusões gerais dos trabalhos são que: 1) para aumentar receitas domésticas e financiamento é necessário expandir a participação da educação no orçamento do

governo, arrecadar mais receitas domésticas e aumentar os gastos do governo; 2) é necessário haver maior compromisso com a eficácia da ajuda, trabalhar com metas alcançáveis e delegar responsabilidades entre agências; 3) os recursos devem ser separados por objetivos, para não haver competitividade de recursos entre eles; 4) a ajuda deve financiar bens nacionais e públicos por empréstimos e garantias (Burnett et al., 2022).

Além disso, a ajuda à educação tem três funções principais: apoio aos países que não podem arcar com os sistemas educacionais de que precisam, a provisão de bens públicos globais e assistência educacional humanitária. A questão fundamental é que a ajuda à educação é muito baixa (Burnett et al., 2022).

A corrupção e a falta de responsabilidade do país destinatário são críticas. Além disso, a atenção política está focada em como fazer com que os doadores sejam mais generosos, ao invés de focar na eficiência e na ajuda que desloca gastos locais com educação (Burnett et al., 2022).

4. Conclusão

O presente trabalho procurou analisar a importância da educação em países subdesenvolvidos, como a Nigéria. A escolha deste país deveu-se, como mencionado anteriormente, pelo seu fator demográfico e social. Por outras palavras, devido às previsões demográficas e a um possível baixo crescimento económico, acompanhado de uma má distribuição de renda, é estimado que 200 milhões de nigerianos poderão estar em situação de extrema pobreza até o ano de 2050 (Alves, 2019). Desta forma, o objetivo principal deste trabalho foi o de verificar se o fluxo de APD pode ser benéfico para a educação do país.

Como foi mostrado ao longo do trabalho, a APD tem sido benéfica para a educação do país, pelo menos no que se refere à expectativa de anos estudados e à média de anos estudados, fatores para o cálculo do IE. Como vimos, a APD considerada entre 2003 e 2021, registou uma correlação positiva com o IE. Desta forma, observou-se que o valor investido na Nigéria tem um impacto maior do que em outros países da região; com menor gasto público em educação, já que a Nigéria obteve resultados melhores no IE.

É possível que a APD para a educação tenha mais resultados quando investida na Nigéria do que em outros países da região da África Subsaariana, por ser utilizada de maneira mais eficiente. Por outro lado, também pode-se atribuir o maior impacto pela dependência que o país possui de tal ajuda.

O aumento, infelizmente, não é muito grande, 0,00001254 pontos a cada milhão investido, como mencionado acima. Para se atingir um IE semelhante a países de desenvolvimento médio, a Nigéria ainda precisaria subir em 0,4 o seu IE, o que representaria um fluxo muito maior de APD voltada para a educação.

Pela falta de disponibilidade de dados, apenas podemos analisar o volume de apoio direcionado, mas não como esse apoio foi gasto ou quais eram os planeamentos dos projetos. Para o IE da Nigéria aumentar o suficiente para ter um impacto real no IDH do país, ainda seria necessário muito investimento externo. A outra opção para que se obtivessem melhores resultados é tornar a APD para a educação mais eficiente, o que infelizmente não temos dados o suficiente para abordar.

Sobre os objetivos específicos, já vimos que o impacto da APD para educação na Nigéria tem um melhor resultado do que na restante região. Sobre a história e indicadores, vemos claramente como a história do país afetou a sua organização política, estabilidade e desenvolvimento do sistema educacional e como isso afetou e

ainda afeta a qualidade da educação do país. Os indicadores sociais são um exemplo disso, mostrando quantitativamente o nível de desenvolvimento do país e algumas das dificuldades que enfrenta. Com a previsão de maior densidade populacional do mundo até 2050, e um coeficiente de Gini de 35,1 (demonstrando um nível de desigualdade não tão extremo, mas já elevado), por mais que a economia da Nigéria siga a subir, é muito provável que a distribuição de renda ainda será desigual o suficiente para levar boa parte da população à extrema pobreza.

Vários autores que realizaram este tipo de estudo (Mukaddas, 2019; Burnett et al. 2022; Adebayo & Beton Kalmaz, 2020; Ukwueze et al., 2021) mostram de uma forma geral as mesmas conclusões, isto é, que a APD é benéfica para o país, mas que de diversas maneiras poderia ser mais eficiente com uma melhor administração dos recursos, e deveria ser uma prioridade melhorar a qualidade institucional do país para a APD ser melhor aproveitada.

Em suma, a APD para a educação afetou positivamente o IE da Nigéria. Mas, para se obter um maior nível de desenvolvimento é necessário que se conjuguem alguns fatores: maior investimento externo, melhor utilização dos recursos ou maior estabilidade interna. A questão é que a previsão demográfica já não se pode alterar, e provavelmente a Nigéria irá sofrer os impactos de não conseguir lidar com o crescimento demográfico, aumentando então o número da população que irá viver em extrema pobreza, como mencionado por Alves (2019). O que se pode esperar é que até lá o nível de desenvolvimento possa subir de outras maneiras, e evitar que maiores tragédias ocorram num futuro ainda mais distante.

Este trabalho permite que futuramente se possa analisar outros países da região e comparar com a Nigéria. Também se poderá fazer uma análise a partir dos órgãos de

governança e verificar melhor o seu entendimento e posicionamento quanto a esta temática.

REFERÊNCIAS

Adebayo, Tomiwa & beton kalmaz, Demet. (2020). Ongoing Debate Between Foreign Aid and Economic Growth in Nigeria: A Wavelet Analysis. *Social Science Quarterly*. 101. 10.1111/ssqu.12841.

Adeleke, Olaitan & Mcsharry, Patrick (2022). Female enrollment, child mortality and corruption are good predictors of a country's UN Education Index. *International Journal of Educational Development*. 90. 102561. 10.1016/j.ijedudev.2022.102561.

Alves, José Eustáquio Diniz. Nigéria: colapso ambiental e fábrica de pobreza? Ecodebate. 2019. [Consult. 3 Dez. 2022] Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2019/07/24/populacao-da-nigeria-bonus-demografico-e-armadilha-da-pobreza-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. ISSN 2446-9394.

Babalola, J. B., Sikwibele, A. L., & Suleiman, A. A. (2000). Education as aided by the world bank: a critical analysis of post-independence projects in Nigeria. *Journal of Third World Studies*, 17(1), pp. 155–63. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/45197851>. Accessed 3 Sept. 2023.

Burnett, Nicholas, Lewin, Keith, & Heyneman, Stephen (2022). The future of aid for education: Three essays, *International Journal of Educational Development*, 90, 2022, 102571, ISSN 0738-0593, <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2022.102571>. (<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059322000219>)

Burns, S.A. (1969). *History of Nigeria* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003363088>. Revisão em 2023.

Cai, Jinyang & Zheng, Zuting & Hu, Ruifa & Pray, Carl & Shao, Qianqian (2018). Has International Aid Promoted Economic Growth in Africa?: *International Aid. African Development Review*. 30. 239-251. 10.1111/1467-8268.12333. [Consult em 6 Maio. 2023.]

Carraro, Enrico (2022). *Human Development Index: History, Construction, and Possible Correction to Make It a Good Policy Index*. Università Ca' Foscari Venezia. <<http://hdl.handle.net/10579/22095>>. [Consult em 3 Abril. 2023.].

Cees Harmon. 2023. Nairametrics. Gini Coefficient shows progress in Nigeria's wealth distribution under democracy. Consultado em 3 de Setembro de 2023, em <https://nairametrics.com/2023/03/21/gini-coefficient-shows-progress-in-nigerias-wealth-distribution-under-democracy/#:~:text=Nigeria%20scored%2035.1%25%20in%20the,%25%20to%20the%20bottom%2050%25>.

Falola, Toyin, & Matthew Heaton (2022). *The Oxford Handbook of Nigerian History* (online edn, Oxford Academic, 18 Mar. 2022).

Hanjie Wang, Jan-Henning Feil, Xiaohua Yu (2023). Let the data speak about the cut-off values for multidimensional index: Classification of human development index with machine learning, *Socio-Economic Planning Sciences*, 87(A), 101523, ISSN 0038-0121, <https://doi.org/10.1016/j.seps.2023.101523>.

Haq, M. U. (1995). *Reflections on Human Development*. New York: Oxford University Press.

History of Nigeria. Nigerian Embassy Libreville. 2023. Disponível em: <Embassy of Nigeria, Libreville | History of Nigeria (nigeriaembassylibreville.org)>. Acesso em: 15 de Abril de 2023.

Jacob, JU., Ensign, M. (2020). *A Brief Social History of Education in Nigeria*. In: *Transactional Radio Instruction*. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-32369-1_1

Lind, N. A (2019). Development of the Human Development Index. *Soc Indic Res*. 146, 409–423. <https://doi.org/10.1007/s11205-019-02133-9>

Melonio Thomas, Naudet Jean-David, Rioux Rémy (2022). Official Development Assistance at the Age of Consequences, *AFD Policy Papers*, p. 1-43. URL: <https://www.cairn-int.info/journal-afd-policy-papers-2022-11-page-1.htm>

Molokwu Ubaka Cosmas, Victoria Ozioma Chime, Victor Akalonu, Anthonia Uju Alozie, Femi Justus Chukwudi, Ebu Solomon Ososhepoh, Chukwuka Nwose & Okoro Onu Ewa (2022). *Official Development Assistance and the Third World's Debt Crisis: Implication for Nigeria Educational Development, 1980–2015*, Cogent Arts & Humanities, 9(1), DOI: 10.1080/23311983.2022.2089489

Muniz, Bárbara & Ferreira, Ennes (2022). *Is the 0.7% goal of ODA/GNI still adequate for the recipients? An overview of the recipients' situation with a focus on Africa*. Universidade de Lisboa - ISEG. ISSN 2183-1815

Nações Unidas. (2006). *Global Education Monitoring Report 2007: Strong foundations - early childhood care & education*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2007). *Global Education Monitoring Report 2008: Education for all by 2015. Will we make it?*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2008). *Global Education Monitoring Report 2009: Overcoming inequality: why governance matters*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2009). *Global Education Monitoring Report 2010: Reaching the marginalized*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2010). *Global Education Monitoring Report 2011: The hidden crisis: armed conflict and education*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2011). *Global Education Monitoring Report 2012: Youth and skills: putting education to work*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2014). *Global Education Monitoring Report 2013/4: Teaching and learning: achieving quality for all*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2015). *Global Education Monitoring Report 2015: Education for all 2000-2015: achievements and challenges*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2016). *Global Education Monitoring Report 2016: Education for people & planet: creating sustainable futures for all*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2017). *Global Education Monitoring Report 2017/8: Accountability in education: meeting our commitments*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2019). *Global Education Monitoring Report 2019: Migration, displacement & education: building bridges, not walls*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2020). *Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and education*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2021). *Global Education Monitoring Report 2021/2: Non-state actors in education*. USA: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2023). *Global Education Monitoring Report 2023: Technology in education: A tool on whose terms?* USA: Nações Unidas.

O. (2022, October 3). *Education at a Glance 2022 OECD Indicators*. <https://doi.org/10.1787/3197152b-en>

Official Development Assistance. (n.d.). ONE Data & Analysis. <https://data.one.org/topics/official-development-assistance/>

Organisation for Economic Co-operation and Development [OCDE] (2023). Home Page. Disponível em: <<https://www.OCDE.org/>> [Consultado em 3 março. 2023.].

Premium Times. (2022, July 25). *UNICEF laments decline in funding of education by Niger govt*. Retrieved September 8, 2023, from <https://www.premiumtimesng.com/regional/north-central/544792-unicef-laments-decline-in-funding-of-education-by-niger-govt.html?tztc=1>

Tijjani Mohammed, Mukaddas. (2019). Effect of Foreign Aid on Educational Development in Nigeria. *Quest Journal of Management and Social Sciences*. 1. 202-209. 10.3126/qjmss.v1i2.27439.

Tikly, L. (2019). Education for sustainable development in Africa: a critique of regional agendas. *Asia Pacific Educ. Rev.* 20, 223–237. <https://doi.org/10.1007/s12564-019-09600-5>

Transparency International. Consultado em 3 de Setembro de 2023, em <https://www.transparency.org/en>

Udo, Reuben Kenrick, Ajayi, J.F. Ade, Kirk-Greene, Anthony Hamilton Millard & Falola, Toyin O.. "Nigeria". *Encyclopedia Britannica*, 8 Dec. 2020, <https://www.britannica.com/place/Nigeria>. [Consult em 3 Março. 2023.].

Ukwueze, Ezebuilo, Ugwu, Uchenna & Okafor, Ogochukwu (2021). Impact of Institutional Quality on Multilateral Aid in Nigeria. *Journal of Economic Science Research*. 4. 10.30564/jesr.v4i4.3116.

UNESCO. Consultado em 3 de Setembro de 2023, em <https://www.unesco.org/pt>

United Nations Development Programme [PNUD]. (2023). *Human Development Reports*. Disponível em <https://hdr.PNUD.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>>. [Consult em 3 Março. 2023.].

World Bank Group - *International Development, Poverty, & Sustainability*. Consultado em 3 de Setembro de 2023, em <https://www.worldbank.org/en/home>